

**RECASAMENTO:
IDENTIFICANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CONJUGALIDADE E
PARENTALIDADE**

*Luciene Alves Miguez Naiff¹
Ludmilla Furtado da Silva²*

RESUMO

Encontramos na sociedade um número considerável de famílias recasadas. Quando há o recasamento, diversos elementos se colocam no caminho deste novo momento na vida, tais como a família de origem, o primeiro casamento, os filhos, e também o período transitório entre um casamento e outro. Focamos nesse trabalho investigar as representações sociais dos casais que se recasam, utilizando a Teoria das Representações Sociais como norteadora do trabalho. Adotamos a análise de conteúdo como instrumento metodológico. Realizamos 20 entrevistas com pessoas recasadas que tinham filhos do casamento anterior para que pudéssemos assim investigar a conjugalidade e a parentalidade. Nos resultados percebemos que as representações sociais da conjugalidade e da parentalidade ocorrem por meio das trocas da comunicação e das experiências vividas no núcleo de relação conjugal e parental. Dessa forma, verificamos espaços de acomodação e tensão convivendo nas novas estruturas familiares.

PALAVRAS-CHAVE: *Recasamento, parentalidade, conjugalidade, Representações Sociais.*

¹ Psicóloga. Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

² Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

**REMARRIAGE:
IDENTIFYING SOCIAL REPRESENTATIONS IN CONJUGALITY AND
PARENTALITY**

ABSTRACT

We find in society a considerable number of remarried families. When there is remarriage, various elements stand in the way of this new moment in life, such as the family of origin, the first marriage, the children, and also the transitional period between one marriage and another. We focus on this work to investigate the social representations of married couples, using the Theory of Social Representations as guiding the work. We adopted content analysis as a methodological tool. We conducted 20 interviews with remarried people who had children from their previous marriage so we could investigate conjugality and parenting. In the results we perceive that the social representations of conjugality and parenting occur through the exchange of communication and experiences lived in the nucleus of conjugal and parental relationship. In this way, we find spaces of accommodation and tension coexisting in the new family structures.

KEYWORDS: *Remarriage, parenthood, conjugality, Social representation.*

INTRODUÇÃO

O termo família se refere a uma construção social instituída por normas, valores e representações, transmitidas pelos pais aos filhos e inscritas na cultura. Essa configuração tem o intuito de imprimir em seus componentes determinadas orientações para a vida social, incluindo nesse escopo aspectos afetivos como, por exemplo, doação, afeto e confiança (FÉRES- CARNEIRO & ZIVIANE, 2009).

Além de possuir uma existência objetiva, como grupo de pessoas normalmente ligadas por laços afetivos, a família também se constitui como uma instituição, uma vez que é uma categoria existente dentro de um plano social mais amplo (BOURDIEU, 1996; THERBORN, 2006). A família tradicional durante muito tempo funcionou apenas como um espaço de reprodução tanto biológica, quando se dedica à procriação, e de socialização dos filhos e da construção de normas e regras sociais. No entanto, a família mudou, em, com ela, seus objetivos, valores, constituição e inscrição na sociedade. Dessa forma, pode-se dizer que as normas de funcionamento que regem os relacionamentos familiares estão em constante transformação, o que exige de seus membros uma capacidade de adaptação que, em última análise, extravasa a unidade familiar (DURHAM, 1983; ROMANELLI, 1995).

Em tempos atuais, observa-se um número crescente de casamentos desfeitos, sendo que, em muitos casos, as pessoas voltam a se relacionar e até mesmo casam-se novamente. Dessa forma, encontra-se na sociedade um número considerável de famílias recasadas nas quais, após o fim do primeiro casamento, um dos pares ou ambos voltam a constituir novas uniões. São essas as novas configurações familiares, que cada vez mais são absorvidas no cotidiano social.

As pesquisas sobre o recasamento começaram a surgir no cenário científico na década de 1970, e diversos autores apontam que as primeiras pesquisas ocorreram nos Estados Unidos (BUCHER & RODRIGUES, 1990; GUERREIRO, OLIVEIRA, & SOUZA, 1999). No Brasil, os trabalhos desenvolvidos sobre este tema tiveram início na década de 1980 (BUCHER & RODRIGUES, 1990), no entanto em número bastante reduzido. Atualmente observa-se a escassez de pesquisas brasileiras sobre o tema recasamento, apesar de existir interesse crescente nos aspectos relacionados à conjugalidade.

Os estudos sobre o recasamento que surgiram na década de 1970 abordavam mais especificamente dados demográficos sobre o assunto. A partir da década de

1980, outros interesses foram surgindo, tais como opinião, visão, crenças; modelos de intervenção; funcionalidade da família recasada; consequências do recasamento no desenvolvimento dos filhos; recasamento e saúde, dentre outros.

Partindo da importância que a temática ganha no cenário mundial e, no Brasil em especial, estudar o fenômeno do recasamento e das implicações na conjugalidade e parentalidade mostra-se salutar. A utilização da teoria das representações sociais permite uma aproximação psicossocial que muito pode ajudar a perceber o pensamento social em seus múltiplos aspectos, quais sejam: comunicacionais, atitudinais, comportamentais e de produção do conhecimento do senso comum.

RECASAMENTO: CONJUGALIDADE E PARENTALIDADE

As transformações que vêm ocorrendo nas famílias contemporâneas incluem mudanças em sua constituição, o que envolve, também, a inclusão de novos membros não apenas por laços consanguíneos, mas também por laços afetivos. Com essas mudanças, as pesquisas acerca da temática também se direcionam a novos questionamentos

Os primeiros estudos sobre o recasamento eram permeados por tentar compreender como essas famílias enfrentavam os desafios dessa nova reconfiguração, tendo como parâmetro a família tradicional inicial no ciclo de vida. As investigações mais recentes, porém, têm considerado a complexidade estrutural e a diversidade de configurações possíveis das famílias recasadas, além de procurar entender as especificidades da conjugalidade e da parentalidade (CARTER & MCGOLDRICK, 2001; PONCIANO, 1999).

Em tempos remotos, o casamento constituía o início da vida em comum. A conjugalidade marcava a passagem da juventude para a vida adulta. Os cônjuges rapidamente se inseriam em um conjunto de regras e normas que definiam suas práticas conjugais. De um dia para o outro, os papéis mudavam, passavam de filhos que moravam com os pais, para esposos e esposas que coabitavam e agiam segundo um quadro institucionalizado (DIAS, 2000). O casamento tinha uma fundamental importância na continuidade família tradicional, a escolha do cônjuge era administrada por um conjunto de mecanismos sociais, econômicos e políticos que levavam em conta fatores como acordos entre famílias e possíveis vantagens e potencialidades do que viria a ser a união das mesmas.

Considerando a manutenção do mesmo casamento ao longo da vida, que deixou de ser lugar comum atualmente, e a ausência de filhos em muitas relações, que, em última análise deslocaria as atenções dos membros do casal para a relação conjugal, Jablonski (1991) comenta que o juramento “até que a morte os separe” tornou-se cada vez mais uma tarefa complexa a ser cumprida. Uma vez que na atualidade não são apenas projetos conjugais, mas também os pessoais que direcionam os indivíduos em suas escolhas matrimoniais.

As mudanças contemporâneas na instituição casamento alteraram seu lugar no quadro do ciclo de vida familiar. McGoldrick (1999) sinaliza que nos EUA, os casais iniciam a vida sexual mais cedo, no entanto eles estão casando-se cada vez mais tarde. Uma grande parte dos jovens optam por uniões informais antes do casamento. Mais da metade dos casamentos são precedidos por um período de coabitação.

Na opinião de McGoldrick (1999), o dilema de tornar-se um casal é, provavelmente, o maior entre os demais conflitos do ciclo vital. A autora esclarece a razão disto, observando que o casamento é a única relação familiar que juramos ser “exclusiva” e “para sempre”, embora seja a relação na qual exista a menor probabilidade de o juramento ser cumprido. Para a autora, quando o casal percebe que o casamento não é mais possível, é senso comum que a decisão de separação está efetivamente ligada ao sofrimento, a dor e tristeza, mesmo nas separações onde ambos estão de acordo e percebem que os laços afetivos perderam sua intensidade ou se deterioraram.

Segundo Porchat (1992), mesmo que a separação possa parecer um alívio, essa sensação pode vir intercalada com sentimentos de desespero e desamparo. Para a autora ninguém “sai impune de um casamento” (p.104). O mesmo se apresenta em pesquisas recentes sobre o tema (ROCHA, 2015; BERNARDI, DIAS, MACHADO E FÉRES-CARNEIRO, 2016; COSTA E DIAS, 2012)

Conjugalidade é a nomenclatura utilizada para definir a identidade conjugal (FÉRES-CARNEIRO, 1998), que acontece alicerçada na vivência compartilhada dos parceiros. A vivência da conjugalidade ocorre com o interjogo entre o eu e o tu para a formação do nós. Desse modo, a relação conjugal engloba duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, o casal contém:

Dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade,

um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p. 2).

Cabe ressaltar que essa vivência envolve histórias já vividas que influenciam as interações presentes e futuras do casal (DESSEN & BRAZ, 2005).

Percebemos que o número de recasamento tem aumentado nos últimos anos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). A taxa de divórcio no Brasil cresceu 161,4% entre 2004 e 2014. No ano de 2016 essa taxa caiu, mas manteve-se acima dos 150%. Também aumentou na última década o número de recasamentos. Em 2000, eles representavam 11,7% das uniões civis. Doze anos depois, eram 21,8% do total - quase duas em cada cinco uniões. O IBGE também avaliou que os casamentos duram menos tempo. A duração média de 17 anos em 2007 diminuiu para 15 anos em 2012 e se mantém em 2016. Outro dado interessante é a maciça predominância da guarda dos filhos menores com as mulheres (85,1%) em 2014 (IBGE, 2016).

Apesar da vontade de recomeçar, presente nos casais que se recasam, há também o desejo em retomar as expectativas frustradas no casamento anterior. O casal em processo de recasamento precisa fazer uma avaliação de seus papéis sem, contudo, negar o passado. Para Cury (2008), no recasamento é importante levar em conta o ciclo vital em que a família se situa, percebendo as dificuldades e as diferenças que caracterizam os sentimentos nesse momento de transição. Para a autora, é importante pensar os pares que estão dispostos a recasar como nova ordem de valor diferente da família nuclear.

Esse fenômeno é explicitado por Carter e McGoldrick (2001), que afirmam que uma segunda união envolve a mistura de duas ou mais famílias. É por meio deste processo, que a família reconstruída se estabiliza e retoma sua credibilidade, passando a ser vista pela sociedade como algo positivo e como um novo ciclo vital importante.

Para recasar é preciso primeiramente desconstruir a instituição do casamento em si. Quando o casamento termina, isso de certa forma aponta que os conceitos típicos de nossa cultura sobre união conjugal ideal podem não atender às diferentes condições de nossa vida atual (Bernstein, 2002; Costa e Dias, 2012).

O recasamento passa pelos ideais contemporâneos de relação conjugal, em que os cônjuges enfatizam mais a autonomia e a satisfação de seus parceiros do que necessariamente os laços de dependência entre eles. No entanto, segundo Féres-

Carneiro e Ziviani (2010), construir um casal na atualidade, demanda que haja uma área comum de interação, uma identidade conjugal.

Assim, o casal contemporâneo é confrontado, o tempo todo, por duas forças paradoxais. Se, por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro lado, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais (FÉRES-CARNEIRO E ZIVIANI, 2010, p. 84)

A nova tessitura que terá que alinhar diversas famílias extensas, em outra família reconstruída, que envolverá diferentes expectativas, diferentes experiências, diferentes graus de conhecimento, diferentes costumes e diferentes tradições das famílias originais e também aspectos individuais de cada um deles, segundo Amaral (2010) não é tarefa pouca. Para a autora, as regras terão de ser renegociadas, tarefas redefinidas e haverá um novo estabelecimento de vínculos.

Para entender as nuances dessa delicada teia traçada no casamento e no recasamento, será utilizada a teoria das representações sociais, que permite compreender de que forma os aspectos ligados a vida conjugal estão sendo apropriados pelos atores envolvidos.

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Nos anos 60 surge a Teoria das Representações Sociais na Europa oriunda da obra seminal do psicólogo social Serge Moscovici. A Teoria das Representações Sociais é uma forma sociológica de psicologia social. Segundo Farr (2012) e Sá (1998), podemos estabelecer que existe uma continuidade entre os estudos das representações coletivas de Durkheim e os estudos mais modernos das representações sociais de Moscovici.

Moscovici define as representações sociais como:

... um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 1961, p. 181).

Segundo o autor, as representações sociais diferenciavam o aspecto individual do aspecto social, e concomitantemente diferenciava vertente perceptiva da vertente intelectual do funcionamento coletivo:

...um homem que não pensaria por conceitos não seria um homem; pois não seria um ser social, reduzido que estaria somente ao aspecto perceptivo individual, ele seria indiferenciado e animal”. (MOSCOVICI, 2012; p. 39).

As representações sociais são parte da realidade (vista como grupal), ou seja, funcionam no coletivo (por meio de interações e comportamentos). Nesse movimento, novas e velhas representações surgem mediadas pelo que Moscovici chama de “*flutuação de sistemas unificadores*” que são as ciências, as religiões e as ideologias sociais. “Em outras palavras, existe uma necessidade continuada de re-constituir o ‘senso comum’ ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar” (MOSCOVICI, 2009 p. 48).

Segundo Jodelet (2002), uma questão fundamental da Teoria das Representações Sociais (TRS), que a torna um feito inédito, diz respeito à contribuição para os estudos de uma psicossociologia do conhecimento que reunia a sociologia do conhecimento e a epistemologia do senso comum. Desse modo, a TRS tem o objetivo mostrar como a sociedade interpreta saberes científicos e os traz de seu universo de origem para um universo criado pelo senso comum. Jodelet (2002) ressalta que:

Geralmete, reconhece-se que as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (JODELET, 2002 p. 22).

Segundo descreve Sá (1995), a definição do conceito de Representações Sociais demanda certo cuidado para não reduzi-la demais ou, diante de sua complexidade, torná-la extensa de tal forma que sua compreensão seja comprometida prejudicada. Uma das definições mais utilizadas é a trazida por Denise Jodelet que a descreve como: “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2002, p.22).

Os processos sociocognitivos que estão na base da formação de representações sociais e que permitem a utilização da memória, do aprendizado e das vivências sociais de um grupo podem ser descritos como ancoragem e objetivação. Segundo Vala (2000), ancoramos os fenômenos sociais que não nos são familiares em pontos de referências cognitivos preexistentes, ao mesmo tempo que ao objetivarmos

fazemos com que os elementos constituintes da representação se organizem e se tornem expressões da realidade pensada como natural.

Vala (2000) descreve que os dois processos ocorrem ao mesmo tempo e são extremamente importantes para representar um determinado objeto. Cabendo, portanto, à ancoragem instrumentalizar o objeto representado e à objetivação organizar os elementos que a compõem e lhe dão estrutura.

Dessa forma, as representações sociais são parte do pensamento social, compartilhado e consensuado em um grupo e que permite, em última análise, justificar e direcionar comportamentos, fortalecer identidades e transformar fenômenos não familiares em conhecimento do senso comum (LUNA & NAIFF, 2015; DANIEL, ANTUNES & AMARAL, 2015).

MÉTODO

Estudar a questão da parentalidade e da conjugalidade no recasamento, a partir de um olhar psicossocial, é considerar que o processo em questão ocorre num espaço de intersubjetividades, onde se pode verificar confrontos e convergências de universos de ideologias, crenças e representações que são construídas e reconstruídas.

O delineamento que foi utilizado é o de pesquisa qualitativa, no sentido de explorar as diferentes representações sociais com suas miríades de facetas sobre o assunto em questão (GASKELL, 2002, p. 68).

• Participantes

Foram realizadas 20 entrevistas com pessoas recasadas que tinham filhos do casamento anterior ou que o seu companheiro (a) tenha filhos do casamento anterior para que pudéssemos assim investigar a parentalidade. A escolha dos participantes não implicou em uma preferência por sexo, faixa etária ou condição socioeconômica.

As entrevistas ficaram distribuídas da seguinte forma: 12 sujeitos do sexo feminino e 08 do sexo masculino. A idade dos participantes variou de 27 a 48 anos ficando como idade média 35,8.

O acesso aos entrevistados foi proposital ou intencional, quer seja através do nosso conhecimento ou indicação dos próprios participantes, algumas vezes os entrevistados sugeriram nomes de outras pessoas as quais fosse possível contatar.

Os participantes foram informados que as entrevistas seriam gravadas e transcritas de forma literal, mas que seus nomes seriam mantidos em sigilo. Foram informados do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” o qual assinaram e tomaram conhecimento da proposta da entrevista. Os participantes foram entrevistados em locais apropriados de suas escolhas, como por exemplo, suas residências.

Instrumentos

O instrumento utilizado para compreender a pesquisa de campo foi a entrevista com roteiro semiestruturado. Esse modelo de entrevista permitiu que o entrevistado realizasse seu depoimento de forma mais espontânea e muito particular, mas seguindo um roteiro semiestruturado que possibilitou abordar aspectos importantes e relevantes para os objetivos da pesquisa. Desse modo, as entrevistas contribuíram para que os entrevistados tivessem liberdade de expressão e conseqüentemente puderam contribuir mais e melhor para obtenção do resultado da pesquisa apontando conteúdos relevantes.

RESULTADOS

Foi utilizada a análise de conteúdo considerada uma técnica que é capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas (BARDIN, 1977).

As categorias de análise identificadas foram: Mudanças das pessoas que moram na casa; Contato com ex companheiro (a); Filhos do casamento; Se separar; Motivos para recasar; Relações parentais.

- **Mudanças das pessoas que moram na casa**

A presente categoria apontou as mudanças nos membros familiares, quando há uma separação conjugal. Objetivou-se perceber as alterações afetivas na vida dos filhos provocadas pela vivência do divórcio dos pais.

“O pai dela morava aqui e não mora mais, mas eu optei por meu marido atual morar em casa separada para não tirar a privacidade dela” (Mulher, entrevista 01)

Observa-se, nessa segunda categoria, que a mudança na rotina da família se radicaliza quando um dos membros precisa sair da cena da família. Parentes, amigos, objetos pessoais são incluídos e excluídos da casa, de acordo com a necessidade e com algum mal-estar que o processo de divórcio venha a causar por causa das lembranças do passado. Os filhos também precisam se adaptar a essa nova realidade, convivendo com os filhos do novo integrante e aprendendo a dividir espaços e atenções (DANTAS, 2016; ROCHA, 2015).

- **Contato com ex companheiro (a)**

Essa categoria demonstra como os membros das famílias recasadas mantinham ou mantêm contato com a antiga família ou, nesse caso, o casamento anterior.

Identificou-se que as pessoas que mantinham contato com o (a) ex companheiro (a) eram justamente as pessoas que tinha filho dessa antiga relação. Dos nossos 20 entrevistados, 17 pessoas mantinham contato com seu (a) ex companheiro e 03 pessoas não mantinham. Desses 17 que mantinham, todos têm filhos da antiga relação conjugal.

“Com uma sim, ela é mãe dos meus outros filhos, mas com a segunda eu não tenho contato” (Homem, entrevista 02)

"Então, por incrível que pareça meus casamentos foram excelentes, cada um com sua particularidade. Aprendi muito com as minhas ex mulheres e somos amigos até hoje. Posso dizer que minhas melhores amigas são elas” (Homem, entrevista 03)

A pesquisa empírica identificou também que dessas 17 pessoas que mantêm contato com seu (a) ex companheiro (a), 15 não conseguem ter um diálogo amistoso. Apenas duas pessoas relataram que a convivência e a relação é boa, os outros 15

entrevistados disseram que só conseguem manter um diálogo superficial e necessário por causa dos filhos, se não fosse isso não teriam possibilidade de conversarem.

“No meu caso é um pouco complicado, pois minha ex esposa é uma pessoa muito difícil de lidar, não tem muito diálogo. A gente teve muitos problemas na educação da minha filha mais velha, pois nós não temos diálogo” (Homem, entrevista 04)

“Sim, mas é muito pouco. Nosso contato é por conta da pensão alimentícia, somente por isso” (Homem, entrevista 05)

Carter & McGoldrick (1995) descrevem a expressão ex-cônjuges e co-progenitores, no caso de estarem separados mas tiverem filhos. Feres- Carneiro (1998) fala em casal conjugal e casal parental, ou seja, ainda que a conjugalidade se acabe, havendo filhos o casal parental permanece. Essa situação gera tensões e renegociações que, não raro, interferem nas relações (BERNARDI et al., 2016)

- **Filhos do casamento**

Essa categoria tem muita referência com a categoria anterior, pois ela informa as pessoas que têm filhos dos casamentos anteriores e como estabelecem a relação com seus filhos a partir da separação conjugal.

Como relatado anteriormente, 17 pessoas têm filhos do casamento anterior e tentam manter proximidades com os filhos que residam com seus ex companheiros (a). Dessas 17 pessoas 02 delas têm seus filhos morando nas suas residências e 15 pessoas têm seus filhos morando com seus ex cônjugues. Apesar dos relatos de tentativas de aproximação, muitas vezes desentendimentos acontecem. Segundo Rocha (2015) e Dantas (2016) a figura do padrasto e da madrasta causa tensões por representações sociais vinculadas em nossa sociedade a aspectos negativos. Novas formas de partilhar vivências que escapem da relação biológica costumam ocorrer após passados alguns anos da separação.

“Eu, meu marido, meus 3 filhos, meu enteado e o outro filho dele vem de 15 em 15 dias...Mas mesmo sendo tudo conversado aqui em casa, eu acabo tendo que colocar ordem, pois eles se dão bem, mas as vezes sempre rola um desentendimento” (Mulher, entrevista 02).

- **Se separar**

Foi observado em todas as pessoas entrevistadas que há muito sofrimento na separação, mesmo nos casos em que os entrevistados tomaram essa decisão.

Os entrevistados relataram que se separar é um dos eventos mais estressantes da vida e que chega a ser parecido com a morte de uma pessoa muito querida. Mas, enfatizaram em sua grande maioria, que a separação depende de vários fatores, tais como as circunstâncias da dissolução do casamento; o envolvimento dos filhos e como a família lida com as tarefas desse novo momento da vida familiar. A visão do luto da separação e a sensação de perda foi descrito por Caruso (1989) e Feres-Carneiro (1998), mesmo estando o casamento em conflito. A dor da separação aparece em diversos estudos sobre o tema (Rocha, 2015; Bernardi; Dias; machado e Feres-Carneiro, 2016; Dantas, 2016).

“A separação se torna necessária a partir de um ponto, onde as coisas extrapolaram, como por exemplo, a falta de respeito. E quando a relação já não faz mais bem para ninguém, para o casal e para o filho. No meu caso foi um alívio, eu senti um grande alívio” (Mulher, 04)

A partir desses resultados, constatou-se que a separação conjugal na contemporaneidade é um fenômeno que pode ocorrer em qualquer etapa do ciclo vital do indivíduo, do casal e da família, com casais que tenham tido filhos ou não, que tenham oficializado sua relação ou não, com casais que exerçam papéis tradicionais, sendo o homem provedor e a mulher dona de casa, ou casais de dupla renda, de dupla carreira.

• **Motivos para recasar**

Pode-se perceber que os motivos que levam uma pessoa a se recasar são proporcionalmente bem distribuídos entre a crença na família e a busca por companheirismo, ao passo que o amor apareceu apenas uma vez como resposta de um dos entrevistados. Os entrevistados destacaram que a nova relação conjugal, se comparada à antiga, é mais sólida e mais realista. Não há tantos entraves e o diálogo é muito mais frequente.

“No meu caso, acho que é mais por querer ter uma família, por querer viver diferente da família de onde você nasceu. Acho que é legal para ter um grupo de amigos, como eu nunca tive meu pai presente. Até hoje meu pai não é presente. No meu caso, isso ajudou muito a querer ter uma família” (Homem, entrevista 12)

“Porque você se decepcionou com uma determinada pessoa. Então, quando você casa novamente é por acreditar na instituição família. A decisão de um novo relacionamento não é para criar os filhos, mas por acreditar na família.”(Mulher, entrevista 18)

“Difícil essa pergunta, hein? (risos).Eu acho que é assim: uma tentativa de recomeçar uma nova história e de perceber que essa nova história pode ser diferente. Eu acho que vou acabar falando de mim, da minha experiência, comigo foi muito assim. É uma tentativa de recomeçar uma nova história, de perceber que pode ser diferente, de uma forma diferente. Encontrar uma pessoa que pense mais a ver com seu jeito. A gente aprende muito, numa separação a gente aprende muito com o erro do outro e com os nossos também e a gente vai para uma relação muito mais madura. Acho que é isso.”(Homem, entrevista 09)

Nesse tema, a intenção foi compreender as razões que levaram as pessoas entrevistadas ao recasamento. Ramos (2003) e Féres-Carneiro e Ziviani (2009) admitiram que a grande dificuldade de ser casal está no fato de este conter duas individualidades (duas histórias de vida) que necessitam conviver com uma conjugalidade (um desejo conjunto). Para esses autores, só é possível prever o ajustamento conjugal de um novo casal quando se consegue perceber os motivos da união e, ainda mais, as circunstâncias nas quais ela ocorre.

Foram vários os motivos elencados pelos participantes: desejo de ser apoiado, de companhia, de ter um filho biológico, de ser feliz após um fracasso anterior. O comentário desses participantes, destacados acima, ilustra o pensamento de Ramos (2003) e Diniz (2009) quando pontuaram que, diante do desafio constante, ao qual o homem e a mulher contemporâneos são submetidos, a busca da realização pessoal é tida como valor prioritário, mesmo implicando um certo sofrimento para as pessoas que amamos.

Uma entrevistada admite ter partido para um segundo casamento por sentir falta da intimidade e do companheirismo. Esse dado também foi mencionado por Waldemar (1996) e Kunrath (2006) ao afirmarem que a maioria dos que se separam e casam novamente é porque o ser humano tem a necessidade básica de laços e conexões.

“Eu acho que na busca de companhia. No meu caso, a busca por um companheiro é o fato de não querer estar sozinha, querer partilhar a vida com alguém, partilhar as responsabilidades e também as vitórias. Eu acho que casa novamente tem a ver com solidão”. (Mulher, entrevista 06)

- **Relações parentais**

A categoria ora exposta pretende explorar como decorreu a adaptação por parte dos membros da família recasada e, especialmente, dos filhos. Em geral, as falas mostraram que cada membro se adapta no seu ritmo e são necessários tempo, paciência, tolerância para que os diferentes personagens comecem a se considerar uma família.

Observa-se, nos relatos, as dificuldades de padrastos e de madrastas em exercer a função parental. A inconsistência no exercício da parentalidade se refletiu nas relações entre padrasto/madrasta com os filhos. Apareceram muitos relatos de relações parentais boas, onde madrasta e padrastos têm relações afetivas e amigáveis com seus enteados, mas sempre enfatizando que essas relações são de amizade e parceria e não como função de autoridade.

“Muito boa, muito boa...foi bem natural. Não fiz nada para agradar deixei as coisas irem acontecendo, bem natural. Sou muito amigo dos filhos dela” (homem, entrevista 01).

“A relação com meu enteado é boa, tento respeitar um pouco a criação dele. Ele mora com a Mãe, mas está sempre com a gente. Eu converso bastante com a mãe dele pra fazer alguma orientação e não tirar a autoridade dela”(Mulher, entrevista 08).

O relato dessa participante mostra que a adaptação dos membros na sua família recasada foi boa, mas delicada, pois precisou estabelecer um primeiramente com contato com a mãe de seu enteado. Essa nova família é que "inventará" sua forma de funcionar e de se articular, despendendo muito tempo e energia na busca da determinação de suas linhas de conduta e da organização do dia a dia familiar.

“Boa. Temos momentos de diferenças, não são como filhos de sangue, mas convivemos muito bem. Precisamos de tempo para se criar intimidade” (Homem, entrevistado 19)

A fala desse participante confirma o que Carter e Mcgoldrick (2001) encontraram em seus estudos, ao constatarem que o sentimento de "pertencer" na família recasada demorou de dois a quatro anos para a maioria de seus membros.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

- **Conjugalidade e Representações Sociais**

Conjugalidade refere-se à parilha conjugal e representa um espaço de apoio e construção ao desenvolvimento familiar. É com a formação do casal que a conjugalidade tem início, quando dois indivíduos demonstram comprometimento com uma relação estável e duradoura, se complementam e se adaptam reciprocamente. Esse é um modo de formação do modelo de funcionamento conjugal. Este modelo é resultado, inicialmente da integração do modelo de conjugalidade construído nas famílias de origem, ou seja, seus pais e familiares (SOUSA, 2006).

A partir desse momento instaura-se a tarefa primordial de articulação entre individualidade e conjugalidade, que tem relação com as heranças das famílias de origem (SAMPAIO E GAMEIRO, 1985). Minuchin (2002) descreve sobre a importância de que cada membro do casal se entregue ao relacionamento sem que tenham a sensação de renúncia à sua individualidade ou às suas questões familiares.

A conjugalidade torna-se então num processo de realidade comum entre os pares, onde cada membro do casal reconstrói a sua realidade individual, partindo de referências comuns e de uma identidade conjugal. Cada definição do cônjuge sobre a realidade, deve ser constantemente correlacionada com as definições do outro, que ao mesmo tempo, passa a estar presente em praticamente todos os aspectos quotidianos. (VEIGA DA SILVA, 2001). Ou seja, os dois sujeitos envolvidos na relação têm que negociar a vivência.

Diante da proposta teórica das TRS, assumiu-se, nessa pesquisa, a conjugalidade como um objeto social relevante (SÁ, 1998), e que sua configuração sofre influência da experiência do casamento e do recasamento. O casamento é concebido como um ritual tradicional do qual fazem parte o culto religioso e a festa de casamento com todos os aspectos relacionados: vestido de noiva, damas de honra, bolo de noiva, entre outros.

Essa ideia de casamento se relaciona à perspectiva de demonstrar, de alguma forma, aos amigos e familiares o novo espaço social que o casal assume. Dessa forma, há uma mudança no status do casal que, antes, era de namorados e passa a ser de casados. O casamento, para os participantes, então, é a próxima fase no relacionamento. Embora Bulcroft e Cols (2000) verifiquem a diminuição da importância social do casamento nos últimos tempos, o casamento continua sendo um

marcador social importante para determinados grupos e isso ficou explícito nas pessoas entrevistadas.

O casamento e o recasamento produz representações sociais de união estável que completa o indivíduo e seu ciclo de vida. Essas representações sociais vão nortear escolhas, havendo formalização ou não da união, ter um parceiro ou uma parceira na vida compõe a noção de felicidade e estabilidade emocional consensuada socialmente (JODELET,2002; MOSCOVICI, 2012; DANTAS, ANTUNES & AMARAL, 2015).

• **Parentalidade e Representações Sociais**

O casal, no desejo de viver junto, de criar uma nova família a partir do recasamento e um modelo de relação próprio, deve abrir tempo e espaço para o “eu”, o “tu”, o “nós” e não tanto para os “outros”, que ficam para segundo plano. Assim, uma das funções deste subsistema é o desenvolvimento de limites/fronteiras que protejam o casal da intrusão de outros membros. Desta forma, o casal necessita constituir uma plataforma de suporte para lidar com os vieses intra e extra familiar, proporcionando-lhes satisfação das suas necessidades psicológicas e sabendo ajustar a figura dos filhos que se apresentam nessa configuração (SOUSA, 2006).

A definição de família fornecida por Ramos (2005) destaca estas modificações que ocorreram ao diferenciar conjugalidade de parentalidade, e remete também a compreensão da vinculação familiar por meio do afeto e não somente pela consanguinidade: “A família é a referência existencial do ser humano, caracterizando-se pela união de pessoas vinculadas por laços de afeto (real ou presumindo) num contexto de conjugalidade ou parentalidade” (p.98).

No primeiro casamento, a díade conjugal antecede a díade parental. Em uniões subsequentes a relação pai-filho(a) ou mãe-filho(a) precede a relação conjugal. No período pós-separação, que antecede ao recasamento, o vínculo entre o pai ou a mãe separado(a) e os filhos que moram com ele(a), torna-se mais estreito, o que dificulta a aceitação, por parte dos filhos, de um novo membro na família.

É certo que tentar enquadrar estas famílias poderá levantar alguns problemas na sua organização, no entanto, mais importante do que isso são talvez as questões relacionadas com a divisão dos papéis. Não se trata aqui da divisão clássica entre pai e mãe, mas entre os protagonistas masculinos e femininos envolvidos no processo de recomposição. Por exemplo: o pai biológico e o novo companheiro da mãe. “À

parentalidade biológica vem somar-se a parentalidade social” (SEGALEN, 1999, p. 209). As entrevistas mostraram que existe uma aposta na parentalidade, e que cada um procura lidar com esse aspecto de um jeito. Não obstante, percebemos nas falas a tensão presente. Um certo desconforto oriundo da existência de um ente que traz uma história do passado de um dos cônjuges e com isso uma série de rearranjos nas relações diretas e transversais.

As representações sociais do padrasto e da madrasta trazem características negativas que interferem nas vivências e práticas sociais. As representações sociais que o pai verdadeiro é o biológico e que mãe é insubstituível servem de parâmetro para nortear as relações interpessoais no recasamento, muitas vezes servindo de pontos de tensão entre o novo casal (ROCHA, 2015; DANTAS 2016; COLLARES-DA-ROCHA, WOLTER & WALCHELKE, 2016).

CONCLUSÕES

A proposta do presente estudo foi descrever a conjugalidade nos pares que se recasam e a parentalidade exercida nessa nova formação familiar utilizando como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais.

Nos resultados da pesquisa, encontramos uma relação entre conjugalidade e parentalidade. Os participantes das entrevistas, em sua maioria, apontaram que a decisão acerca da separação é sempre muito difícil, pois pensavam muito nos filhos, evidenciando o conflito de interesses entre a felicidade dos conjugues e a dos filhos. De fato, o maior desafio da separação do casal com filhos é compreender a diferença entre a inevitável dissolução do vínculo conjugal e a necessária manutenção do vínculo parental. A maioria dos participantes afirmou que a reação dos filhos à separação influencia a decisão do casal. A representação do filho como amálgama do casal é bastante forte na fala dos participantes, enfatizando com isso que recasar passa pela aprovação dos filhos em relação ao novo (a) companheiro (a), o que indica sua dificuldade em diferenciar conjugalidade de parentalidade.

Ao mesmo tempo, na nova configuração precisam lidar com os filhos que vieram junto. Então percebem que querem dar um maior conforto e adaptação aos seus próprios filhos biológicos, não podem negar isso aos filhos que veem junto com a nova relação. Essa situação pode gerar ambiguidade e representações sociais conflituosas, dificultando a apreensão das noções de conjugalidade e parentalidade. O casamento bom é o novo, mas os

filhos verdadeiros são os biológicos. Ou seja, produzem representações sociais que justificam o recasamento como algo positivo e necessário para a felicidade mas colocam a parentalidade, quando vivida pela inclusão dos filhos do antigo casamento, em uma categoria de amizade e respeito e não de paternagem e maternagem.

Um dos fatores que explicam essa situação é a presença de representações sociais hegemônicas partilhadas em nossa sociedade acerca do pais biológicos como “os verdadeiros pais”. Àqueles que detem a legitimidade na criação (ROCHA, 2015).

Apesar do aumento da guarda compartilhada no Brasil, ainda é mais conquistada pela mãe. (IBGE, 2016). Isso reflete também um viés de gênero na ideia da criação dos filhos.

A presença de representações sociais arraigadas na idéia da família nuclear do início do ciclo de vida ainda se faz presente nas falas. No entanto, já há maior naturalização da prática da separação como busca de realizações e felicidade. A parentalidade é um ponto de tensão no recasamento, sobretudo entre os padrastos e madrastas e os enteados, mas as falas apontam para um esforço de minimizar essas questões.

O estudo apresenta algumas limitações que podem ser superadas em pesquisas posteriores. As limitações referem-se ao recorte dado no delineamento metodológico. Verifica-se que, para uma análise mais apurada da relação entre representações sociais e práticas conjugais e parentais, é necessário realizar um inventário das práticas cotidianas utilizadas na conjugalidade e na parentalidade, assim como, a observação dessas práticas e talvez a utilização da análise do discurso ao invés da análise de conteúdo.

Utilizou-se a abordagem da Psicologia Social, na perspectiva de integrar o social e o indivíduo. A partir dessa abordagem, optou-se pela Teoria das Representações Sociais para focar tanto a participação do indivíduo na construção da realidade quanto a influência da realidade na construção da subjetividade do indivíduo. Como resultado, verifica-se, de fato, como o indivíduo em seu cotidiano, constrói a conjugalidade e a parentalidade, na medida em que define e escolhe os caminhos que quer percorrer na busca da felicidade conjugal, mas, ao mesmo tempo, recorrem a crenças, valores e opiniões compartilhadas para desenhar esse caminho.

Sobre o artigo

Recebido: 29/08/2017

Aceito: 08/11/2017

REFERÊNCIAS

AMARAL, D.H. Recasamento: percepções e evidencia dos filhos do primeiro casamento. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica – Departamento de Psicologia Clínica, 2010.

BARDIN L. **L'Analyse de contenu**. Paris : Presses Universitaires de France, 1977.

BERNARDIS, D.; DIAS, M.; MACHADO, R & FERES-CARNEIRO, T. Definindo fronteiras no recasamento: relato de uma experiência clínica. **Pensando famílias**, v.20, n.2. p43-55, 2016.

BERNSTEIN, A. C. Recasamento: redesenhando o casamento. In P. PAPP (Orgs.). **Casais em perigo. Novas diretrizes para terapeutas**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 295-322.

BOURDIEU, P. À Propôs de la famille comme catégorie réalisée. **Actes de la recherche em sciences sociales**, Paris, n. 100, p. 32-36, 1993.

BUCHER, J. S. N. R., & RODRIGUES, M. A. M. Recasamento e recomposição familiar: questões metodológicas, de linguagem e das teorias. **Psicologia:Teoria e Pesquisa**. v.6, n.2, ., 1990, pp. 155-169.

BULCROFT, R., BULCROFT, K., BRADLEY, K., & SIMPSON C. The management and production of risk in romantic relationships: a postmodern paradox. **Journal of Family History**.v.1, 2000, pp. 63-92.

CARTER, B., MCGOLDRICK, M. **The expanded family life cycle: individual, family, and social perspectives**. Boston :Allyn & Bacon, 3rd edition, 1999.

CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida da família: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CARUSO. I. **A separação dos Amantes: Uma fenomenologia da Morte**. São Paulo: Cortez, 1989.

COLLARES-DA-ROCHA, J. C. C., WOLTER, R. P., & WACHELKE, J. As pesquisas em representações sociais na revista **Psicologia e sociedade**.v.28, n.3, pp. 582-588, 2016.

COSTA, J.M.; DIAS, C.M. Famílias recasadas: mudanças, desafios e potencialidades. **Psicologia: teoria e prática**, v.14, n.3. 2012, pp.72-87.

CURY, M, C. **Recasamento e filhos adolescentes: um estilo de vida em negociação**. Dissertação de Mestrado. Pontificia Universidade Catolica. PUC – São Paulo. Departamento de Psicologia Clínica, 2008.

DANIEL, F; ANTUNES, A; AMARAL, I. Representações sociais da velhice. **Análise Psicológica**. 204;v. 33n.3, 2015, pp. 291-301.

DANTAS, C.R.T. Conjugalidade e parentalidade no recasamento: narrativa das madrastras. **Tese (Psicologia)**. Pontifícia Universidade Católica, RJ, 2016.

DESSEN, M. A., & BRAZ, M. As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs.), **A ciência do desenvolvimento humanos: tendências atuais e perspectivas futuras** . Porto Alegre: Artmed, 2005, pp. 132-151.

DIAS, M. **A construção do casal contemporâneo**. Tese de doutorado. Papel & virtual. Rio de Janeiro, 2000.

DINIZ, G.R.S. O casamento contemporâneo. In FÈRES- CARNEIRO, T. (org) **Casal e Família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do psicólogo. 2009, pp. 135-155.

DURHAN, E. R. Família e reprodução humana. In: DURHAM, E. R. et al. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 15-42.

FARR, R. Representações Sociais: a teoria e sua história In:P. A, Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs), **Textos em representações sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012, pp.31-59

FÉLIX, L. B., ANDRADE, D. A., RIBEIRO, F. S., CORREIRA, C. C. G. & SANTOS, M. F. S. O conceito de Sistemas de Representações Sociais na produção nacional e internacional: uma pesquisa bibliográfica. **Psicologia e Saber Social**, v.5, n.2, 2016, pp. 198-217.

FÈRES-CARNEIRO,T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.11, n.2, 1998, pp. 379-394.

FÈRES- CARNEIRO, T. ZIVIANI, C. Conjugalidades contemporaneas: um estudo sobre os multiplos arranjos amorosos na atualidade. In. FÈRES- CARNEIRO, T. (org). **Casal e Família: permanencias e rupturas**. São Paulo: Casa do psicólogo. 2009, pp. 83-107.

GUERREIRO, I.C.Z.; OLIVEIRA, A.L.; SOUZA, M.T.S. Famílias recasadas: uma análise da literatura psicológica. **Psicologia Revista**. v.8, 1999, pp. 77-96.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). Estatísticas do Registro Civil, v. 31. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). Estatísticas do Registro Civil, v. 34 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). Estatísticas do Registro Civil, Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe: a crise no casamento contemporâneo**. Agir, Rio de Janeiro, 1991.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: D. Jodelet (org) **As representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUER, 2002, pp. 17-44.

KUNRATH, L, H. Recasamento: Novas oportunidades para o espaço conjugal? **Pensando famílias**, v 10, n1, pp.101-102, 2006.

LUNA, M. B. C. dos S.; NAIFF, L. A. M. Representações sociais da deficiência nas famílias: um estudo comparativo. **Psicologia e Saber Social**, v. 4, n. 1, pp. 19-33, 2015

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 5 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. Prefácio: 50 anos da Teoria das Representações Sociais. **Temas em Psicologia**, 2012.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse, son image et son public: étude sur la representation sociale de la psychanalyse**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

MINICHIN,S. **A cura da família**. Porto Alegre: Artes médicas, 2002.

NÓBREGA, D. O., ANDRADE, E. R. G., & MELO, E. S. N. Pesquisa com grupo focal: contribuições ao estudo das representações sociais. **Psicologia e Sociedade**, v.28, n.3, 2016, pp.433-441.

PONCIANO, E.L.T. Família nuclear e terapia de família: conexões entre duas histórias. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**,v.2, 2002, pp.20-29.

PORCHAT, I. **Amor, casamento, separação: a falência de um mito**. Ed.Brasiliense, 1992.

RAMOS, M. Novas parcerias, novos conflitos. In: GOMES, P.B (org). **Vinculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares**. São Paulo, Callis, 2003, pp. 57-75.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. do C. B. de (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Educ/Cortez, 1995, pp. 73-88.

ROCHA, A.P.R. O padrasto na família recasada:uma análise da produção acadêmica brasileira. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)**. Universidade Federal de Alagoas, 2015.

SÁ, C.P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In Spink, M. J. (org) **O Conhecimento do Cotidiano – As Representações Sociais na Perspectiva da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1995, pp.19-45.

SÁ, C.P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998.

SAMPAIO, D. GAMEIRO, J. **Terapia Familiar**. Lisboa: Afrontamento, 1985.

SEGALEN, M. **Sociologia da família**. Terramar, Lisboa, 1996.

SOBRINHO, M.D. Habitus e representações sociais: questões para o estudo de identidades coletivas. In A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (orgs.). **Estudos interdisciplinares de representações sociais**. Goiânia: AB, 2000, p.117-130

SOUZA, R. M., & RAMIRES, V. R. **Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças**. São Paulo, SP: Summus, 2006.

THERBORN. G. **Sexo e poder: a família no mundo**. São Paulo: Contexto, 2006.

VALA, J. (2000). Representações Sociais e Psicologia Social do Conhecimento Cotidiano. (pp.457-502). In: Vala, J., Monteiro, M. B. **Psicologia Social**. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 2000.

VEIGA DA SILVA, C.E. Partindo alianças, rompendo laços e seguindo em frente: um estudo sobre o processo de separação conjugal. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro. PUC- Departamento de Psicologia, 1997.

WALDEMAR, J. O. Divórcios e recasamentos: Enfrentando o desconhecido. In: L. C. Prado (Org.), **Famílias e terapeutas construindo caminhos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, pp. 174-188